

Cartografia da Guerra Guaranítica

Tau Golin¹

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Faculdade de Artes e Comunicação - Universidade de Passo Fundo -
golin@upf.br

RESUMO

A Guerra Guaranítica (1753-1756) foi o evento bélico deflagrado pelo levante dos índios rebeldes contra os demarcadores e exércitos de Espanha e Portugal. Motivou-se pela rejeição de seis *cabildos* situados a oriente do rio Uruguai, caciques de Misiones e jesuítas, ao contestarem cláusulas do Tratado de Madri (1750). A causa principal foi a previsão de permuta dos Sete Povos (espanhol) pela Colônia do Sacramento (português). Este evento produziu considerável cartografia. As conferências para a assinatura do Tratado de Madri, igualmente, promoveram intensa sistematização da cartografia existente e a produção de trabalhos exclusivos sobre as regiões de fronteiras. Em seu corolário, organizou-se a cartografia para os comissários demarcadores. E, no trabalho demarcatório, as equipes ilustraram a divisória e os territórios. Em especial, as áreas divergentes foram escrituradas às minúcias. Nesse processo, se criou uma cartografia e uma iconografia da guerra. Especificou-se a territorialidade, a geografia, os combates, as marchas militares, as cidades missioneiras e sua arquitetura. Privilegamos a produção cartográfica/iconográfica de representação do espaço missioneiro, da Primeira Comissão de Limites e da Guerra Guaranítica. Todos os documentos citados se encontram reproduzidos, com as referências aos acervos, em *A guerra guaranítica* (GOLIN, 1998) e *A fronteira* (GOLIN, 2002).

PALAVRAS-CHAVE: Tratado de Madri (1750), Guerra Guaranítica (1753-1756) e Comissão de Limites (1750-1761) na América meridional.

ABSTRACT

The Guaranitic War (1753-1756) was the warlike event set off by the rebellious Indians against the demarcators and armies of Spain and Portugal. It was motivated by the rejection of six *cabildos* (Fundamental unit of local government in colonial Latin America) located east of Uruguay River, chief of Misiones and Jesuitical, upon contesting clauses of the Treaty of Madrid (1750). The main cause was the forecast of exchange of the Seven Peoples (Spanish) by the Colony of the Sacrament (Portuguese). This event produced considerable cartography. The conferences for the signature of the Treaty of Madrid, equally, promoted intense systematization of the existing cartography and the output of exclusive works about the regions of borders. In his corollary, cartography for the commissioner demarcators were organized. And, in the boundary work, the teams illustrated the dividing and the territories. In special, the divergent areas were written up to the details. In that process, there were created a cartography and an iconography of the war. It was specified to territoriality, the geography, the battles, the military marches, the missionary cities and their architecture. In this work, we privilege the cartographic/iconographic production of the missionary space representation, of the first commission of limits and of the Guaranitic War. All of the documents cited are reproduced, with the references to the collections, in my book *The Guaranitic War* (GOLIN, 1998) and *The Frontier* (GOLIN, 2002).

KEYWORDS: Treaty of Madrid (1750), Guaranitic War (1753-1756) and Commission of Limits (1750-1761) in South America.

¹ Tau Golin é doutor em História e jornalista. Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Faculdade de Artes e Comunicação e pós-graduação em História na Universidade de Passo Fundo, RS, Brasil.

A Guerra Guaranítica constitui mais um daqueles tantos fenômenos históricos que estimularam representações integradas, indissociavelmente, pela cartografia, pelo texto (diários, correspondências, memórias, tratados, leis, etc.) e pela iconografia (desenhos, planos, plantas, etc.). Esteve inserida no corolário do Tratado de Madri, de 1750, na demarcação de limites entre os territórios coloniais de Portugal e da Espanha; e contribuiu para a revogação do convênio onze anos mais tarde, pelo Tratado do Pardo (1761). Desde a origem, foi necessário um consenso mínimo sobre a cartografia referencial ao convênio de 1750, uma série de instruções aos comissários demarcadores, uma tensão na configuração dos terrenos e na produção de argumentos para as diplomacias de ambas as cortes, com a intenção de subsidiá-las nas conferências americanas e europeias para dirimir dúvidas. Por óbvio, com a revogação do tratado, as divergências fundamentais não foram superadas. Entretanto, os demarcadores e a Guerra Guaranítica, em particular, emularam impressionante produção iconográfica, textual e cartográfica.

Além das comissões demarcadoras, os cartógrafos da Companhia de Jesus, igualmente, produziram considerável representação sobre o período.

Na historiografia já se tornou lugar-comum as referências sobre as aproximações das cortes ibéricas, especialmente com o coroamento de Fernando VI na Espanha, tendo como rainha Bárbara de Bragança, filha de João V, de Portugal. Fernando VI herdou o beligerante problema de fronteiras entre os dois domínios, causa de constantes guerras, arregimentação de tropas e da população. Na geopolítica europeia, invariavelmente, os reinos ibéricos eram inseridos em problemas pelos aliados. Quando o novo soberano espanhol escolheu a neutralidade frente às tensões entre a França e a Inglaterra, a aproximação com Portugal se tornou mais efetiva.

Fernando VI foi coroado em 10 de junho de 1746. Em 12 de novembro já ocorriam as primeiras negociações para um tratado de limites abrangente. Isso se tornara possível por ter escolhido para o seu governo o marquês de la Ensenada, o jesuíta Francisco de Rávago e o italiano Farinelli. Continuava como secretário de Estado o marquês de Villarias. As tratativas entre Ensenada e o embaixador português em Madri, visconde de Vila Nova de Cerveira, ocorreram envoltas em sigilo, especialmente quanto à América meridional, devido aos interesses representados na bacia do Prata. Desde 1680, Portugal havia implantado o enclave da Colônia do Sacramento na sua banda oriental (atual Colônia, no Uruguai), em uma operação de interesse geopolítico para expandir suas fronteiras, mas que se revelara economicamente substancioso pelo contrabando da prata, do couro, do chifre, do sebo e da erva-mate. Três guerras importantes já haviam sido travadas pelo reduto, perdidas por Portugal, mas recuperado na esfera diplomática. Quando não estava em guerra ou ocupada, a Colônia do Sacramento encontrava-se bloqueada permanentemente pela esquadra naval e tropas de terra da Espanha.

Do ponto de vista governamental, a influência do marquês de Villarias foi cortada pela sua demissão. Assumiu em seu lugar José de Carvajal y Lancaster, presidente do Conselho das Índias. Fernando VI incorporara ao seu ministério um defensor da aproximação simultânea com Portugal e Inglaterra. Logo, Carvajal assumiu as negociações do novo tratado em lugar de Ensenada. Quando as negociações vislumbraram a permuta da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos, o marquês de la Ensenada e o jesuíta Francisco de Rávago manifestaram-se contra.

Desde o início das conversações, dois problemas de “usurpação” de territórios afloraram. A Espanha indicava a exagerada progressão lusitana sobre o sul, com a anexação do Rio Grande de São Pedro e parte da banda oriental do Uruguai, além da famigerada Colônia do Sacramento. Portugal, por sua vez, indicava a posse espanhola ilegítima das Filipinas. Depois de diversas conferências, os dois reinos adotaram o princípio do *Uti possidetis* para as questões dos domínios ultramarinos, associado aos marcos notáveis das divisões naturais “dos montes ou rios grandes”. O critério possibilitou que Portugal ficasse com o domínio da Amazônia e a Espanha com o do Rio da Prata, combinado com algumas concessões mútuas de territórios adjacentes (COUTO, 2009, pp. 9-11).

Por fim, o novo Tratado foi assinado em Madri a 13 de janeiro de 1750, tendo como signatários José de Carvajal e o visconde de Vila Nova de Cerveira (Silva Teles). Deixavam de valer o Tratado de Tordesilhas (1494) e a Escritura de Saragoça (1529).

Contribuiu imensamente para o acordo o trabalho cartográfico que possibilitou a visualização da América do Sul. Esse trabalho iniciou em 1748, em Lisboa, tendo como fontes oito subsídios, adequados ao interesse português, especialmente com distorções que não transgredissem exageradamente o meridiano de Tordesilhas, exceto na Amazônia. Destacavam-se o *Le Paraguay où les RR.PP. de la Compagnie de Jesus ont répandu leurs Missions*, de Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville, também compilação de outros mapas; a *Carta da Terra firme e costas do Brazil ao Meridiano do Rio de Janeiro*, do padre jesuíta Diogo Soares; o mapa enviado por Gomes Freire de Andrade; a coleção de desenhos e croquis elaborados por mineiros que atuavam no Mato Grosso; a relação de mapas e informações mandadas do Grão-Pará e Maranhão; a *Carte du Cours du Maragnon ou de la Grande Riviere des Amazones*, de Charles-Marie de La Condamine, cientista e explorador francês que havia explorado a bacia do Amazonas; o *Mapa del Nuevo Reino de Granada*, do padre Joseph Gumilla; e os dados dos missionários carmelitas do Rio Negro.

Em 1749, com a denominação de *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional* foi enviado a Madri. Os cartógrafos de Carvajal realizaram algumas modificações. E, em 1750, passou a ser assumido como documento cartográfico dos dois reinos, com a denominação de *Mapa das Cortes*. Os negociadores consideraram como originais dois exemplares, e produziram seis cópias autenticadas, em 12 de julho de 1751. A Mapoteca do Itamarati e a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro,

conservam duas dessas reproduções, com as posições dos negociadores. Mais tarde, especialmente para orientação dos demarcadores, após a morte de João V (1750) e o coroamento de José I, em Portugal, novas reproduções integrais ou parciais foram confeccionadas. Praticamente um século e meio depois, durante o início da República brasileira, quando o barão do Rio Branco apresentou o processo para arbitramento dos Estados Unidos a respeito dos direitos sobre os territórios do centro-oeste de Santa Catarina, em disputa com a Argentina, fundamentou o seu argumento em defesa do Brasil em uma dessas cópias autenticadas por Carvajal, ganhando a causa. (RIO BRANCO, 1894, p. 54) A equipe do presidente Cleveland aceitou o argumento baseado no documento colonial e proferiu a sentença em 5 de fevereiro de 1895.

No que interessa ao território da Guerra Guaranítica, para a representação cartográfica das Misiones inserida no *Mapa das Cortes*, parte das informações também foram extraídas do *Província Jesuítica do Paraguai*, provavelmente feito por Antonio Machoni, em 1732. De outro lado, os jesuítas, contrários ao tratado, não tinham interesse em fornecer dados mais esclarecedores. Obviamente, o seu território com as cidades, estâncias, lavouras, ervais, etc., vinha sendo cartografado desde o século XVII. No atual estado do Rio Grande do Sul, principal teatro do conflito bélico, a configuração espacial, refletindo o estágio de 1630, teve a primeira sistematização importante *a posteriori*, através do padre José Sánchez Labrador (FURLONG, 1969, p. 85), desconhecendo qualquer direito dos demais povos indígenas, como se houvesse uma exclusividade da catequese.

Ao tempo do convênio de limites, o padre José Cardiel combinou sua produção cartográfica com a rejeição ao tratado, que, ao lado do padre Thadeu Henis, demonstraram evidentes posições geopolíticas. Seus trabalhos associavam-se ao considerável acervo de outros cartógrafos jesuítas da história missioneira, como José Quiroga, Tomás Falkner, Joaquin Camaño, José Sanchez Labrador, Bernardo Nusdorffer, Juan D'Avila e Antonio Machoni, entre outros.

Assim que o conteúdo do Tratado de Madri foi divulgado, nos dois reinos manifestaram-se contundente oposição. Em Portugal: António Pedro de Vasconcelos, ex-governador da Colônia do Sacramento; Alexandre de Gusmão, ex-secretário do João V, que trabalhara no mapa geral; frei Gaspar da Encarnação, irmão do duque de Aveiros; Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com jurisdição no sul do Brasil; Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal; mercadores e contrabandistas. Em especial, unia-lhes a posição contra a troca da Colônia do Sacramento pelas terras e cidades missioneiras (oriente do rio Uruguai e norte do rio Ibicuí), com a exclusividade castelhana sobre o Rio da Prata. Em 1751, na confecção das cópias para autenticação, o ministro Carvalho e Melo chegou a burlar a representação visual da fronteira, fazendo a divisória passar pelo rio Negro e não pelo Ibicuí, provocando a inclusão de nota reparadora nas três cópias portuguesas, assinadas por Silva Teles e Carvajal.

Na Espanha, os partidários de Carlos IV de Nápoles e Sicília, que viria a assumir o reino espanhol como Carlos III, deram eco às suas declarações contra o convênio assinado por Fernando VI. Desde a península itálica, ele publicou uma declaração contra o tratado. Acredita-se que era municiado pelo marquês de la Ensenada, opositor de Carvajal.

As forças contrárias ao tratado eram tão contundentes que dava a impressão que não seria executado. Contribuía para isso a longa e penosa doença de João V, acamado desde 1747. A assinatura acorrera em sua pior inanição, em janeiro. Até sua morte, em 31 de julho de 1750, os discursos contrários pareciam colocar uma pá de cal naquela ação diplomática. Entretanto, assim que José I assumiu o poder, seu gabinete resolveu cumprir o acordo. Dos colaboradores de seu pai manteve Pedro de Mota e Silva na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. As reformas iniciaram com a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, e Diogo de Mendonça Corte-Real para a da Guerra e da Marinha e Domínios Ultramarinos.

O tratado era apenas um dos componentes importantes do grupo dirigente que assumia o reino. Suas principais tarefas estratégicas eram: a) “reorganizar, reforçar e alargar o poder do Estado para submeter as autonomias regionais e reduzir os benefícios das classes privilegiadas”; b) “analisar e aplicar com a maior prudência o Tratado de Madri, de forma a garantir a salvaguarda dos interesses portugueses no Brasil”; c) “e, finalmente, adequar a política externa à luz do crescente confronto entre França e Inglaterra na Europa, na América, na Ásia e nos oceanos.” (COUTO, 2009, p. 13)

Assim que as tratativas para a execução do tratado foram retomadas, a militância jesuítica retomou com contundência na península ibérica, em Roma e na América, a resistência em defesa de modificação ou revogação, contrária a entrega das Missões da banda oriental do rio Uruguai. A história dessa longa e complexa operação não cabe neste texto. “A resistência dos inicianos”, conforme trabalho de Jorge Couto, “passou da oposição às consequências negativas concretas decorrentes da aplicação de cláusulas do Tratado de Limites à discussão sobre a sua legitimidade.” No extremo, a expulsão de trinta mil índios e a baixa indenização por seus territórios e cidades passou a ser considerado como “clara infração do direito natural”. (COUTO, 2009, p. 15) Concretamente, muitos padres pregaram abertamente a desobediência. A Ordem, em uma leitura estratégica dos interesses gerais da Companhia de Jesus, procurou demover a oposição interna, resultando em objetiva divisão dos religiosos.

A dramaticidade do processo motivou uma produção cartográfica/iconográfica e de textos sem equivalência em outra época sobre o espaço jesuítico-indígena. Havia a compulsão para demonstrar as perdas e os prejuízos atribuídos à geopolítica castelhana. Uma das sistematizações importantes desse universo já apareceu em 1752 pelo trabalho do padre José Cardiel, através do *Mapa de la Governacion de Paraguay, y de la de Buenos Ayres, con la linea divisória de las tierras de España y Portugal, ajustada entre las*

dos coronas año de 1750; cuya posesion se pretende tomar este año de 1752. De certa forma, o núcleo conflituoso do tratado, com sua linha divisória, configurado por Cardiel, serviu de base para incontáveis reproduções.

Nas conferências de 1751 ficara evidente para as chancelarias que o *Mapa das Cortes* era flagrantemente insuficiente em comparação com a toponímia. Por isso, produziram uma série de instruções aos demarcadores, já prevendo as divergências na caracterização dos limites. O critério principal consistia para que as comissões de cada coroa produzissem mapas e documentos em separado sempre que não entrassem em acordo, registrando os episódios em ata. Esses processos circunstanciados seriam enviados para a Europa, cujas chancelarias decidiriam pontualmente cada problema.

A área de principal litígio, a oriente do rio Uruguai, correspondia aos trabalhos das *Primeira* e *Segunda* comissões demarcatórias. À *Primeira* estava adstrita a demarcação da linha que iniciava em Castillos Grande, percorria as nascentes dos rios da lagoa Mirim, passava pelas cabeceiras do rio Negro, e ingressava na principal nascente do Ibicuí, percorrendo o seu canal principal até a sua foz, no rio Uruguai. Deste ponto, a *Segunda Partida*, demarcava a linha do rio Uruguai, no sentido de jusante. Ingressava no rio Peperi-guaçu, localizava a nascente do Santo Antônio, prosseguia pelo seu canal até o Iguaçu e, deste, findava no Salto Grande (Sete Quedas), início da demarcação de responsabilidade da *Terceira Partida*. Ou seja, cabia à *Segunda* fixar a divisão missioneira, realizando o corte demarcatório principal da separação dos Sete Povos dos demais.

Os dois comissários principais (Gomes Freire de Andrade e marquês de Valdelírios), com os comissários das três partidas encarregadas das demarcações de limites do sul, se reuniram em 1752 na costa atlântica, para começarem os trabalhos. No entanto, quando em fevereiro de 1753, a *Primeira Partida Demarcadora* chegou a Santa Tecla (Bagé, RS), estância do povo de São Miguel, foi impedida de prosseguir. Seus comissários principais eram o coronel Francisco Antônio Cardoso (Portugal) e Juan de Echavarria (Espanha). Com a oposição indígena, retiraram-se para a Colônia do Sacramento e Buenos Aires. Ali foram recebidos pelos comissários principais. Consequentemente, não conseguiram realizar os levantamentos além das cabeceiras do rio Negro. As demarcações pelos rios Ibicuí e Uruguai seriam concluídas somente em 1759, depois da Guerra Guaranítica.

Documentalmente, o *diário integral* da *Primeira Partida* está dividido em três partes. A primeira é o *Diário de Demarcação que por ordem de S.S.M.M.C. e F. fez a Primeira Partida*; abrange de 23 de agosto de 1752 a 12 de janeiro de 1753. Está assinado por Gomes Freire de Andrade, Miguel Ângelo de Blasco, Bartholome Panigay (Portugal), marquês de Valdelírios e Ignacio Mendizaval (Espanha). A segunda parte trata da retirada dos demarcadores para o Rio da Prata depois de interceptados pela milícia indígena. Denomina-se a *Continuação do Diário desde a separação dos oficiais comissários que se dirigiram pelo caminho*

de Montevideu à Colônia e a Buenos Aires, a providenciar a saída das duas restantes Partidas. Corresponde de 12 de janeiro a 2 de março de 1753. Possui as autorias de Francisco Antônio Cardoso de Menezes e Souza, Bartholome Panigay (Portugal), Juan de Echevarria e Ignacio de Mendizaval (Espanha). A viagem do Monte dos Reis para a Colônia do Sacramento está referida, topograficamente, no *Exemplo Geographico do Grande Rio da Prata*, de José Custódio de Sá e Faria.

A terceira parte abarca a retomada demarcatória após a derrota indígena. Tem o título de [re]Continuação do Diário da Primeira Partida de Demarcação. Foi assinado no Acampamento da Forquilha do Ibicuí, a 3 de julho de 1759, por Juan de Echevarria, Ignacio de Mendizaval y Vildosola, Alonso Pacheco (Espanha), José Custódio de Sá e Faria, Alexandre Cardozo de Menezes e Fonseca e Manoel Vieira Leão (Portugal). A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui um exemplar do castelhano, a exemplo do Arquivo de Simancas, e uma das reproduções originais do português, cuidadosamente confeccionado.

A partir da resistência de alguns padres e do levante de parte significativa de caciques e milicianos indígenas, emissários jesuítas tentaram demover os rebeldes. Sem obterem sucesso, Gomes Freire e José de Andonaegui, governador de Buenos Aires, organizaram os exércitos ibéricos para a guerra. Enquanto aguardavam, os cartógrafos produziram importantes levantamentos sobre o Rio da Prata, em especial da Colônia do Sacramento, enquanto a *Terceira Partida* se dirigia para a região do Mato Grosso, e a Segunda para a do Paraná/Santa Catarina, fora do espaço belicoso.

Na execução do *primeiro plano de guerra*, os exércitos ibéricos atuariam separadamente. Os luso-brasileiros atacariam Santo Ângelo, pelo norte; os castelhanos, São Borja, pelo sul. Realizariam movimentos de convergência, empurrando os indígenas para a margem ocidental do rio Uruguai.

Para executar o plano, Gomes Freire concentrou suas tropas em Rio Grande. Deslocou uma vanguarda de dragões, escravos e aventureiros para Rio Pardo, com a missão de estabelecer uma trincheira estratégica. Depois, em 1754, a frente de uma coluna de cavalaria atravessou o canal do Rio Grande, marchou para Viamão, e atingiu aquele ponto avançado. Ao mesmo tempo, uma frota naval, formada especialmente por faluas e sumacas, singrou a lagoa dos Patos, os rios Guaíba, Jacuí e Pardo, desembarcando as tropas de infantes, artilheiros e granadeiros no *front*.

Nessa progressão, o genovês Miguel Ângelo de Blasco e os portugueses José Alpoim e Manoel Vieira Leão deixaram trabalhos ilustrativos. Alpoim projetou fortes, em especial o de Rio Pardo. Blasco fez observações e desenhou a principal cartografia, além de produzir perspectivas espetaculares sobre as tropas.

Em marcha para as Missões, o exército luso-brasileiro foi interceptado pelas milícias indígenas no passo do Jacuí. Nessa tática de guerra de posição, foi atingido pela enchente de outubro de 1754. Depois de anos de investigação, nos anos 1990, localizei os originais em Brasília, no Centro de Documentação do

Exército, emoldurados e servindo de decoração ordinária nas suas paredes, sem qualquer cuidado técnico de conservação.

No *Profil do Rio Jachuy no passo ganhado pelos Portuguezes no estado da enchente que houve no mez de 8bro de 1754*, o genovês particularizou as posições militares no terreno, pintou os abarracamentos e os detalhes de cada parte do acampamento. Com o desenvolvimento de um sistema de linhas coloridas, retratou estudos sobre a calha do Jacuí, com os níveis das cheias, demonstrando “até onde chegou a enchente”; “onde chegou outras vezes”; o “leito ordinário do Rio”; o “leito em tempo seco”; “pedras no fundo do Rio, que puderam, em tempo seco dificultar a navegação a riba do passo”.

O desenho do acampamento fornece subsídio sobre as formas das barracas e a disposição hierárquica das tropas. Identifica a barraca e o estado-maior de Gomes Freire. Em *A cortadura do profil Campam.^{to} do coronel Alpoim* constam a “barraca do d.^{to} Coronel Alpoim”; o “Regimento de Artilharia”; “outras Barracas pertencentes ao corpo do sobredito Coronel.”

Blasco desenhou igualmente a regimento de aventureiros, formado pelos mamelucos paulistas, designados por Gomes Freire como os especialistas no sertão, os quais constituíam a sua vanguarda, atuando como tropa avançada. No mesmo detalhe do *Profil*, identificou a “Guarda de Aventureiros”; a estacada feita de “Troncos para embaraçar o caminho ao Inimigo no caso que quisesse invadirmos.” Nessa trincheira, também, identifica os canhões “de amiudar”. Nessa aquarela, a perspectiva aérea retrata inclusive a “lagoa” formada pela “inundação” e as edificações de pontes de comunicação no interior do acampamento de Alpoim, situado numa clareira a margem sul do rio Jacuí, frente a frente com a milícia missioneira, separado pela enchente do grosso da tropa, estancada na costa norte. Ao lado dos artilheiros estava o regimento dos aventureiros paulistas.

O *Prospecto do Rio Jacuí* é de igual beleza estética e ilustração militar. O acampamento do exército luso-brasileiro está representado no auge da enchente de outubro de 1754, dividido perigosamente pelo leito do rio. Ao sul, a artilharia e granadeiros comandados por Alpoim e a vanguarda dos paulistas. Ao norte, o estado-maior, parte da artilharia, granadeiros e cavalaria. O genovês denominou a aquarela *Prospecto do Rio Jacuí no estado da enchente que teve em o mês de outubro do ano de 1754 inundando todos os acampamentos*. Em seu enunciado “Mostra-se a constância, em que o capitão-general Gomes Freyre de Andrada entre tão grave, como evidente perigo se conservou, havendo chegado água dentro da sua barraca, e parte das tropas acampadas sobre as árvores, como se demonstra em outro *Plano* e outra parte inundada de agora, a fim de não abandonarem tão importante passo que se havia ganhado.”

Compõe o *Prospecto* a “barraca da corte de Gomes Freire”; a “artilharia grossa”; as “barracas do coronel Alpoim, e as outras de seu Corpo, dispostas na melhor forma para se acautelar da enchente e dos inimigos”; a “guarda dos Paulistas” [Aventureiros]; as “Pecinhas de amiudar” [pequenos canhões]. Outra

aquarela de qualidade artística é o *Prospecto do Terreno e Bosque*. Em um estilo realista com influência barroca, uma flâmula tremulante sobre o enunciado da composição do desenho, destaca, em latim: *Texuit illuvies plantis Tibi Serta Triumphi* (A lama entrelaçou as plantas. A grinalda do triunfo, a ti).

O genovês mudou o enquadramento de sua perspectiva para a distribuição dos efetivos militares nas barrancas do rio e no interior de sua mata ciliar. Destacou as construções dos jiraus nos remansos, plataformas sobre as águas, telhados de capim santa-fé, para alojamento e funcionamento das cozinhas sobre as águas da enchente. Entre o terreno seguro e as plataformas, canoas mantinham a comunicação, transportavam produtos e tropas.

No seu enunciado, Blasco destacou os elementos de sua composição principal: “Barraca do capitão-general, na margem do rio, a cujo rodapé chegava a inundação”; “barraca do Coronel Menezes, e as demais (do seu corpo)”; “o coronel Menezes, com a sua gente, quando se lançaram à água para passar a outra parte, aonde os índios vinham em forma de batalha”; “armazém das munições, de boca e guerra”; “canoas e pelotas, que vinham do campo do coronel Alpoim a buscar mantimentos”; “canoas que vinham do campo do tenente[coronel] Ozorio, a mesma diligência”; “canoas e pelotas que serviram em todo o campo inundado”.

O exército luso-brasileiro estava nessa posição no passo do Jacuí quando recebeu a informação do general José de Andonaegui sobre a retirada da tropa castelhana. Seus comandados já se encontravam nas imediações do rio Daymal, na progressão da marcha a São Borja. Deu como causa a resistência dos indígenas, com uma batalha de considerável proporção, a enchente que reduziu os pastos, com a mortandade de cavalos trazidos recentemente da Europa e outras manadas pela ingestão da grama tóxica “mio-mio” (*Baccharis coridifolia*).

Gomes Freire foi instado a retroceder para a vila do Rio Grande, a espera de nova convocatória, agora para juntarem os dois exército nas cabeceiras do rio Negro e invadir as Missões pela estrada geral dos índios, melhor caminho para suportar o trem de guerra, o qual conectava Santa Tecla a São Miguel e, deste, com os demais povos, além de outras veredas conhecidas pelos missioneiros. Antes de se retirar, Gomes Freire assinou um tratado de limites com os caciques rebeldes, definindo o Jacuí como rio fronteiriço, unilateralmente, entre os portugueses e missioneiros.

No instante em que preparava a retirada, um incêndio consumiu o forte de Rio Pardo. A primeira fortificação tinha sido edificada entre 1753 e início de 1754, pelo engenheiro João Gomes de Melo, utilizando como mão de obra o Destacamento de Aventureiros, comandado pelo tenente Francisco Pinto Bandeira. Em razão do fogo, em novembro e dezembro de 1754, a fortaleza foi novamente “delineada [pelo] coronel José Fernandes Pinto Alpoim, aproveitando parte da obra feita”, conforme a *Breve notícia do sucesso que na Guarda do Passo do Rio Pardo houve entre os portugueses e os tapés das Missões circunvizinhas ao mesmo*

rio, do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; e o informe dado por Carta de Gomes Freire para Sebastião José de Carvalho e Mello, datada em Rio Pardo, a 29 de dezembro de 1754 (Anais, 1936, p. 406). Esta *Planta da Fortaleza de Jesus, Maria e José* foi desenhada por Manoel Vieira Leão. Um de seus originais se encontra na Mapoteca do Itamarati, no Rio de Janeiro, e outro no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa.

A reorganização das tropas coloniais ibéricas durou praticamente um ano. Somente no final de 1755, o seu poderoso trem de guerra começou a se mover para a junção nas cabeceiras do rio Negro, na estância miguelista de Santa Tecla. O exército castelhano progredia com 1.670 homens. Apenas 470 eram militares regulares, perfazendo apenas 28,85% de sua formação. O restante, 71,85%, era formado por "milicianos a soldo" (blandengues, gaudérios, malevas de campo, etc.), centenas deles patrocinados por latifundiários e comerciantes, interessados no saque das Missões. Em torno de quinhentos peões haviam sido contratados para o manejo de duzentas carretas, 7.000 cavalos, 800 mulas e 6.000 reses para abate.

As tropas luso-brasileiras, por sua vez, partiram do Rio Grande e quando acamparam às margens do São Gonçalo, Gomes Freire pode ter uma visão de conjunto de seu poderoso exército, formado por 1.606 praças e mais seus oficiais; 250 negros escravos de oficiais, particulares e comerciantes; 152 carretas; 14 carros manchegos, para a palamenta e munições; 3 carros de pólvora; 3.760 cavalos; 2.823 reses para sustento da tropa; 1.816 bois de tração para os carros e carretas; 221 mulas; 7 canhões de bronze, de calibre de 2 libras, e 3 canhões de amidiar, de calibre 1.

Uma temível vanguarda de 200 aventureiros mamelucos, de tradição bandeirante, arregimentados na capitania de São Paulo, marchava à frente, preferencialmente pelos matos e costas dos rios. Eram rústicos que evitavam as limitações adstritas ao uso do cavalo. Um contingente de 200 índios minuanos atuava na retaguarda.

O acampamento no São Gonçalo, realizado de 16 a 22 de dezembro de 1755, foi desenhado por José Custódio de Sá e Faria, com a colaboração do genovês Blasco e do geógrafo francês José Bento Pithon, ajudante do astrônomo Miguel Antônio Ciera. Ficou configurado na *Planta da forma em que campava o Exercito Portugues na marcha de S. Gonçallo p^a as Misçoens*.

Trata-se de uma representação eficiente sobre a hierarquia do exército colonial, partindo da centralidade do comandante e seu estado-maior, com todos os detalhes identificados com letras e enunciados descritivos. No topo estava Gomes Freire, com três barracas (E). Uma delas era ocupada pelo oficial de ordens (G), com os subalternos que registravam e reproduziam as determinações do general. Próximo ficava a dos oficiais espanhóis junto aos luso-brasileiros, tenente-coronel Martim José de Echaure e capitão Francisco Gurríte (F). Desde a "corte" de Andrade, estendiam-se as quatro colunas principais de suas tropas. Ao centro, em duas colunas ladeadas e simetricamente hierarquizadas ficavam os regimentos

dos coronéis Alpoim (B) e Menezes (C) - artilheiros, granadeiros e infantess -, ladeados pela cavalaria dos dragões da direita (A) e da esquerda (D), na perspectiva do comando.

Na *explicação* da planta do acampamento, José Custódio descreveu a composição em suas graduações. Em uma primeira linha horizontal junto ao comando, acampavam, em posições laterais, os comandantes das quatro colunas formativas do exército - três coronéis e um tenente-coronel: “Barraca do coronel de Dragoens” (H), Francisco Antônio Cardozo; “Barraca do coronel Alpoym (I); “Barraca do coronel Menezes (L); “Barraca do tenente-coronel de Dragoens” (M), Thomaz Luiz Ozorio. Abaixo dos comandantes dos regimentos, vinham as “barracas dos capelães” (N). A seguir as dos capitães (O), dos subalternos (P), equivalentes aos tenentes atuais, as dos sargentos (R), dos soldados (S), os sarilhos das Armas (T), as praças de armas (V), as bandeirolas de marcar o campo de cada regimento (X) e as guardas avançadas (Z).

Depois da união dos exércitos ibéricos, as tropas mataram o corregedor Sepé Tiaraju, e venceram a batalha de Caiboaté, episódios ocorridos nos dias 7 e 10 de fevereiro de 1756, no atual município de São Gabriel. Progressivamente foram realizando algumas escaramuças pelo caminho, a exemplo da do Passo do Churiebi, próximo a São Miguel. Com a ocupação das Missões, José Custódio de Sá e Faria e Miguel Ângelo de Blasco, junto com seus auxiliares, elaboraram mapas gerais, cartografando os principais acidentes geográficos, as estradas, os rios e os locais dos acontecimentos bélicos.

A dupla Blasco e Python utilizaram uma técnica de perspectiva em relevo para confeccionar o *Mappa que contem o Pais conhecido da Colonia athe as Missões*, com a marcha das tropas. Linhas coloridas, identificadas também por letras, representam a complexidade das operações, a exemplo da “Marcha que fez a nossa Armada da Fortaleza de S. Gonçalo a unir-se com a dos espanhóis” (A); da “marcha dos Espanhóis, que saíram de Montevideú para unir-se conosco” (B); da identificação do “campo aonde se uniram as duas Armadas” (C); do “campo aonde uma Partida da nossa Gente e dos Espanhóis atacaram os Índios e lhes mataram o Cacique Zapé (homem valoroso) e alguns deles” (D); do “Serro Caibaté, aonde sucedeu o choque no dia 10 de Fevereiro de 1756, segundo está explicado na Relação a parte” (E); do “campo de donde se mandou a Fortificar o Passo do Rio Jachuy, aonde no ano de 1754 demorou acampado a nossa Tropa” (F); do “Mato Grosso e Serra em que passa um braço do Ybicuh, aonde os Índios tinham feito uma tronqueira para defender a sua entrada” (G), na Boca do Monte, entre os atuais municípios de Santa Maria e São Martinho da Serra; da “paragem aonde os Índios, em grande número, se apresentaram outra vez para nos embarçar a marcha, mas não se deixaram chegar - a dita paragem chama-se S. Francisco Xavier” (H); do “Passo do Rio Churieby, fortificado pelos Índios, como se vê neste Mappa” (I), “o qual os ditos defenderam muito mal” (K).

Em destaque no mesmo *Mappa*, Blasco e Python pintaram o *Prospecto do ataque no Passo do Rio Churieby*. Nele consta o “Passo do Rio Churieby fortificado pellos Indios” (K); as “trincheiras dos Índios”

(A); e a “artilharia que desalojou os Índios” (B). Em outro detalhe do conflito no contemporâneo rio Chuni, a cena foi descrita com o protagonismo de Gomes Freire: “o ilustríssimo e excelentíssimo marechal-de-campo, general à testa da tropa que atacou as trincheiras, no Passo” (A); o debilitado estado de saúde do governador Andonaegui está registrado no desenho do “excelentíssimo general-comandante de Sua Majestade Católica, D. José Andonaiegue, que, pelos seus achaques, vai em coche” (B); e a posição da “bateria nossa, que desalojou os índios” (C).

Uma das melhores reproduções encontra-se na Biblioteca Nacional de Montevideú. Possivelmente, Blasco e Python concluíram o *Mappa* durante o período em que permaneceram nas Missões, talvez em Santo Ângelo, enquanto Gomes Freire aguardava que o exército espanhol transladasse os indígenas para a margem direita do rio Uruguai.

O *Mappa que contem o Pais conhecido da Colonia athe as Missões* parece ser uma ampliação do *Mappa que contiene las marchas que hizieroon las dos tropas...*, de 1756, existente no Museu Naval, em Madri, que não expressa tantos detalhes como o primeiro.

Nessa fase, José Custódio de Sá e Faria era o segundo oficial na expedição portuguesa, no cargo de substituto de Gomes Freire. Em vista das implicações geopolíticas, a conservação individual de papéis e de registros cartográficos foram proibidos, especialmente aos estrangeiros. Por ordem de Freire, José Custódio se transformou em responsável pelo acervo documental. Desse modo, além de suas observações particulares, controlava a produção dos cartógrafos, geógrafos, astrônomos e matemáticos.

Quando foi nomeado para comissário português, com a missão de concluir os trabalhos demarcatórios da *Primeira Partida*, no território desde as cabeceiras do rio Negro a foz do Ibicuí, já havia concluído, em parceria com Manoel Vieira Leão, o *Mappa Geographico da campanha por donde marchou o Exercito de S. Magestade Fidelissima, sahindo do Rio Grande de Sam Pedro a unir-se com o de S. Magestade Catholica, a quem auxiliava, contra os Sette povos rebeldes, situados na margem oriental do Rio Yruguay*. O trabalho é datado de 1758. Uma de suas melhores reproduções autenticadas se encontra no Archivo de Simancas.

Constitui o melhor mapa sobre o território oriental do rio Uruguai feito na metade do século XVIII, possuindo aquelas distorções pertinentes às limitações dos instrumentos do período. Em sua *Explicação* destaca, com letras, a “povoação do Rio Grande” (A); o local onde se “uniram os exércitos” (B); o “campo da batalha”, em Caiboaté (C); o “Monte Grande” (D); o “Caminho de Missões” (E); o “Caminho que vai a Vacaria” (F), desde a estrada geral dos índios missioneiros; o “pântano de que saem dois arroios, um para Jacuy, outro para Yrugay” (G).

Quando os exércitos unidos chegaram às cidades missioneiras, seus engenheiros, geógrafos e cartógrafos, manifestaram compreensível compulsão em representar seu universo. Plantas dos Povos foram realizadas, com as correspondentes medições.

Entretanto, novo fluxo cartográfico passou a ocorrer em 1758, com a retomada das demarcações da *Primeira* e *Segunda* comissões, interrompidas pelo levante indígena de 1753. No centro estava um sério problema demarcatório, a divergência entre os comissários sobre a origem do rio Ibicuí, por onde deveria entrar a fronteira e seguir pelo seu leito até a sua foz, no rio Uruguai. Os portugueses adotaram a tese de que suas cabeceiras eram formadas pelo atual rio Santa Maria, a que denominavam de Ibicuí Guazu (ou Ibicuí Antigo), cuja origem diziam estar no seu afluente Piriti.

Os castelhanos o identificavam como Jaguary Guazu, ou Taquarembo. Ao lado dos jesuítas adotavam a ilustração do *Mapa das Cortes*, argumentando que as suas nascentes estavam no rio Ibicuí Mirim, no prolongamento de latitude oeste-leste, e não no seu traçado para o sudeste, a partir de sua metade, como pretendiam os portugueses. Não faltou quem cogitasse a possibilidade de buscar sua origem no Toropi. A tese que vencesse, concretamente, obteria o território missioneiro, com milhares de cabeças de gado, entre os contemporâneos rios Ibicuí Mirim e Santa Maria. Por isso, os portugueses postulavam por uma linha divisória mais ao sul, pelo Piriti; e os espanhóis, ao norte, pelo Ibicuí Mirim. No *Traslado* da parte do *Mapa das Cortes*, José Custódio e Blasco chegaram a eliminar o Ibicuí Mirim e o atual Santa Maria, prolongando o Ibicuí Guaçu, contorcendo seu traçado para o sudeste e, depois, para o sudoeste. A intenção era confundi-lo com o atual Santa Maria.

Em campo, Blasco chegou a medir os fluxos de água das fozes dos afluentes, apresentando cálculos em favor da origem do Ibicuí pelo atual Santa Maria. José Custódio elaborou a *Demonstração do Rio Ybicuy, & braços que o formão* [formam], cujo original, bastante danificado, encontra-se na Mapoteca do Itamaraty. Uma reprodução fornecida à comissão espanhola também está no Archivo Historico Nacional, em Madri.

O desenho foi realizado com base nos “matheriaes referidos na Explicação”. Essas fontes principais para constituição do mapa eram:

A. Caminho que fez Dn Joao de Echavarria, e D. Ignacio Mendizabal por ordem do Ex.^{mo} Senhor Marques de Valdelirios a examinar a forquilha, que forma o Ybicui Guazu, com o Toropi conforme a configuração do ditto Dn Ignacio. B. Caminho que elleveu Jose Custodio na ocazio que os Exercitos de SS.M.^{es}. F. e C. marchavaõ a por em sucego os Sette Povos sublevados. C. Lugar onde parou a linha Divizoria no impedimento q' à prim.^{ta} Part.^a de Demarcação teve junto a Santa Tecla. D. Conforme à configuração do Pe Tadeu. E. Conforme a configuração dos Yndios praticos no qual tambem o braço Purity concorda com o q' tráz d. Fran.^{co} Milhau no plano q. remeteu ao Marq.^s.

A *Demonstração* de José Custódio foi reproduzida pela comissão espanhola, com tradução para o castelhano. Duas informações, em especial, fortaleciam aparentemente a tese portuguesa. No enunciado (D) constava o aproveitamento da cartografia jesuítica e depoimentos de índios. José Custódio usou as informações do *Mapa* do padre Tadeu Henis, conseguido por Blasco, considerando-o importante documento em defesa da tese portuguesa sobre a origem do Ibicuí, ao sul, na região de Santa Tecla. A identificava como sendo a nascente do Pirity, apoiando-se nos práticos missioneiros. Henis era uma espécie de capelão das milícias indígenas e estivera em todos os locais de conflito, a exemplo de Rio Pardo, Caiboaté e Churiebi. Afinal, constituía um depoimento “de dentro” dos domínios espanhóis...

Estudos contemporâneos dariam razão à tese espanhola, aliás, sacramentada no *Mapa das Cortes*, elaborado pelos cartógrafos portugueses originalmente.

Além da questão demarcatória, a *Demonstração do Rio Ibicuy* incluiu dados subsidiários aos acontecimentos históricos. Traçou o caminho entre a Boca do Monte (atual Santa Maria) e Rio Pardo, passando pelas do Vacacaí Mirim e Passo do Jacuí. Revela também o itinerário da retirada do exército português das Missões, marcha iniciada em Santo Ângelo, em maio de 1757, cortando rios caudalosos como o Ijuí, o Toropi e diversos de seus afluentes, descendo a serra pelas nascentes do Vacacaí Mirim, pegando o caminho conhecido dos missioneiros para Rio Pardo.

A principal versão espanhola das divergências sobre o Ibicuí, que em algumas cópias aparece apenas com o nome de Alonso Pacheco, é o *Plano en que se demuestra la parte de Demarcacion executada por las primeras partidas de España, y Portugal desde Castillos hasta Sta Tecla, y la que les falta que concluir hasta la Boca del Rio Ibicui en el Yruguai; en el qe tambien se manifiestan los dos brazos q.º forman el Ibicui, motivo de duda suscitada entre los comisarios principales sobre qual deverá ser el preferido para la division de limites, deviendo notarse qº del Terreno comprehendido entre los p.ºs Sta Tecla, passo del Rosario, y passo del Guacacay mini, no sabemos nada con serteza pº no haverlo andado ninguno de ñsas Partidas*. As observações astronômicas e geográficas foram realizadas por Ignacio Mendizábal, incorporando dados de outros mapas, e o desenho executado por Alonso Pacheco. Sua confecção também foi concluída para as conferências demarcatória de 1758, realizadas no Passo do Jacuí. Cópia oficial foi enviada pelo marquês de Valdelírios ao ministro Wall.

A exemplo do trabalho de José Custódio, este *Plano* possui informações adicionais relevantes. Documenta que contingentes missioneiros, depois da ocupação das sete cidades, não pretendiam atravessar o rio Uruguai, e já estavam formando novos povos ao sul do “Ibicuí Guazu”, considerando também como sua extensão o Ibicuí Mirim. Com os comissários ainda em conversações e sem que as atas fossem remetidas às cortes para considerarem a “origem do rio”, observa-se que alguns povoados indígenas já estavam instalados na área em litígio entre os governos ibéricos, a exemplo do surgimento de um Povo

Novo de São Miguel, ao sul do atual Ibicuí Mirim, e o território entre este e o atual Santa Maria, considerado pelos portugueses como o rio das nascentes da fronteira. Encontra-se no Archivo de Simancas.

Sobre os limites do Ibicuí, a comissão portuguesa realizou uma reprodução dos argumentos espanhóis cartografados no *Traslado do Mappa, que o Comissr.º Plenipotenciário de S.Mag.ª C. (feito pelos seus Geographos) remeteo ao de S. Mag.ª F.ª em o qual são rezumidas parte das duvidas, das quaes se trata nos escritos a parte, e no que lhe vai junto*. Estiveram envolvidos nessa análise e representação iconográfica José Custódio, Blasco e Manoel Vieira Leão. Uma das reproduções de 1758 encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Com o mesmo tema, em 1758, José Custodio de Sá e Faria, contando com o desenho de Manoel Vieira Leão, produziu cartografia interpretativa do mapa de 1749, considerado o documento oficial do Tratado de Madri. Trata-se do *Exemplo Geographico que comprehende o terreno que toca a Demarcacion da primeira Partida, copiado, e reducido a mayor exactisimam.ª do Mapa da Cortes* (Archivo Historico Nacional, Madri).

Este argumento iconográfico deriva dos dois pontos de litígios entre os comissários, abrangendo as fronteiras Ibicuí/Uruguai e Paraná/Paraguai, dele e de Blasco, conforme produção para as conferências de 1758, existente no *Traslado de huá parte do Mappa Geral, sobre o qual foi feito o Trattado de Limites, entre as duas coroas de Portugal e Espanha, de cujos Documentos foi a cada hum Comissario Demarcador dada huá copia por guia* (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

Sem que houvesse concordância sobre as nascentes do Ibicuí, as comissões de limites elaboraram em conjunto o *Mapa Geographico del Terreno que demarcaron las Primeras Partidas de Sus Magestades Catholica y Fidelissima el qual comprehende dos tramos, el primero des de el Monte de Castillos Grandes hasta el ultimo Marco, que se coloco al N.O. de St.ª Tecla, y el segundo des de la horqueta grande que forman los braços del Rio Ybicuy hasta desaguar este en el Rio Uruguay*. Assim, levando as assinaturas de José Custódio de Sá e Faria, Juan de Echevarria, Manuel Vieira Leão, Inácio de Mendizabal e Vildesola e Alexandre Cardoso de Meneses e Fonseca, em 1759, foi dado por concluído o trabalho de campo. A decisão caberia às cortes, na Europa. A revogação do Tratado de Madri, em 1761, tornou a questão inócua.

Também sem aplicabilidade geopolítica na região missioneira, os mapas da Segunda Partida passariam a ter somente valor cartográfico, a exemplo do *Mappa da Demarcação que por ordem de S.M.F. e C. fez no anno de 1759 a seg.ª Partida da boca do Rio Ybicuy, seguindo o curço dos Rios Vruguy, Pipiry, S. Ant.º, Yguaçú, e Paraná thê o seu Salto...*, de 1760, confeccionado por Manuel Pacheco de Cristo (Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro).

Considerando a enorme produção cartográfica/iconográfica e de documentos escritos durante os 11 anos de vigência do Tratado de Madri (1750-1761), é forçoso concluir a sua contribuição para as ciências.

Dessa atividade resultou impressionante conhecimento sobre a América meridional, suas populações autóctones, seus conflitos coloniais e seu povoamento, com implicações na formação dos povos dos futuros países independentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADONIAS, Isa & FURRER, Bruno. *Mapa: Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.
- Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: (1928) 1936, v.50.
- ARTEGA, Juan José. *Las consecuencias del Tratado de Madrid en la desarticulación de la frontera demográfica de la Banda Oriental. 1750-1761*. Montevideo: Archivo General de la Nación, 1999.
- BARCELOS, Artur H. F. *O compasso e a cruz*. Porto Alegre, CD, 2006.
- Campaña del Brasil*. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1939, tomo II.
- Cartas topograficas do continente do sul e parte meridional da America Portuguesa com as batalhas que o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Conde de Bobadella ganhou aos Indios das Missoens do Paraguay. Recopilladas pelo Gov.^{or} e Cap.^{am} Gen.^{al} de S. Paullo Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mouram*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- CORTESÃO, Jaime. *O Tratado de Madrid*. Brasília: Senado Federal, 2001, 2 tomos.
- COUTO, Jorge. As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios ultramarinos. In: *A expulsão dos jesuítas dos Domínios Portugueses. 250^o aniversário*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.
- FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional*. Lisboa: CNCDP, 2001.
- FURLONG, Guillermo Cardiff, S.J. *Cartografia Jesuítica del Río de la Plata*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Históricas, 1936.
- FURLONG, Guillermo, S.J. *Historia social e cultural del Rio de la Plata, 1536-1810*. Buenos Aires: Tea, 1969, 3 tomos.
- GOLIN, Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002; 2004, 2 volumes.
- GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica*. Porto Alegre: Editora da Universidade; Passo Fundo: UPF Editora, 1998.
- MELIÀ, Bartomeu (Ed.). *Historia inacabada, futuro incierto*. VIII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas. Asunción: CEPAG; ISEHF, 2002.
- RIO BRANCO, Barão do. *Exposição dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro, Itamaraty, 1894.
- Tratados de la República Argentina*. Buenos Aires: Departamento de Relaciones Exteriores y Culto, 1900.